

Discutindo Autonomia e Sustentabilidade no Semiárido Brasileiro

*Discussing Autonomy and Sustainability in the
Brazilian Semi-Arid*

*Discutiendo autonomía y sostenibilidad en el
Semiárido Brasileño*

Resenha escrita por Carolina Milhorce^a

^aDoutora em Ciência Política Desenvolvimento Sustentável no Centro de
Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e Consultora do Instituto
Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)
Brasília, Distrito Federal, Brasil
End. Eletrônico: cmilhorce@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.21301

RESENHA

CHACON, S.; NASCIMENTO, V.; LIMA JR, J. *Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015.

“*Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido*” é uma coletânea de artigos que reúne os resultados de estudos produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (Proder), da Universidade Federal do Cariri. A obra foi dirigida pela então reitora, Suely Chacon, pela coordenadora do Proder, Verônica do Nascimento, e pelo pesquisador José Ferreira Lima Jr. Trata-se de uma contribuição a partir das ciências sociais para a questão do desenvolvimento regional sustentável. Como mencionado no Prefácio do livro, um importante aspecto do trabalho é o seu foco no Cariri e o fato de ele ter sido desenvolvido na própria região. Ele reúne cinco artigos que tangenciam as questões do protagonismo feminino, da inclusão e da participação social no semiárido cearense, utilizando sólidos dados empíricos. Uma diversidade de estudos de caso é apresentada ao leitor, discutindo aspectos da organização comunitária e produtiva, e do processo de gestão de recursos fundiários e hídricos – ilustrados por experiências de associações rurais, de um assentamento da reforma agrária e de um comitê de bacia hidrográfica. A análise da efetividade das políticas públicas e dos processos de organização local para fortalecer a convivência com o semiárido é um dos fios condutores deste trabalho.

A coletânea se insere em um debate não apenas acadêmico, mas também político. A ideia de convivência com o semiárido vem sendo mobilizada a partir de uma releitura crítica sobre o papel do Estado no combate à seca e no apoio à modernização da agricultura brasileira¹. Tal perspectiva propõe um projeto de mudança política cujos protagonistas são os agricultores e as organizações sociais da região, valorizando os conhecimentos locais. Aspectos como participação e autonomia são, portanto, coerentes com essa perspectiva. Além disso, como argumentam Maciel e Pontes², o debate internacional sobre as mudanças climáticas tem levado a uma aproximação entre as noções de convivência – mais

forte na escala regional – e de adaptação, referente ao aquecimento global. O objetivo é aumentar a adequação das comunidades à necessidade de proteção das intempéries climáticas, transformando as práticas e modos de vida locais não sustentáveis. Nesse contexto, a perspectiva da convivência dialoga com a ideia de sustentabilidade e integra a agenda de determinados movimentos sociais e ecologistas.

Nessa linha, o primeiro artigo questiona a contribuição da linha de crédito especial para a mulher rural do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Pronaf Mulher) para o desenvolvimento do semiárido, particularmente o impacto do programa no fortalecimento da autonomia e do empreendedorismo das mulheres beneficiárias. A partir de uma discussão sobre as políticas públicas para mulheres rurais, as autoras propõem um estudo de caso do Pronaf Mulher nos territórios da cidadania de Sobral e do Cariri. Os dados qualitativos de campo constataam uma mudança na situação econômica das mulheres nesses dois territórios. A autonomia econômica levou a uma nova postura dessas mulheres, que passaram a influenciar de forma mais direta as decisões familiares, de produção e de investimentos. Apesar dos impactos positivos e do fato de o Pronaf Mulher representar a primeira ação do Estado a reconhecer a mulher do campo como trabalhadora autônoma, o texto lembra que o “processo emancipatório não ocorre facilmente” (p. 27). Então esse mecanismo é ainda insuficiente para atingir uma maior igualdade de gêneros. Aspectos como o acesso à informação sobre o crédito, a orientação técnica para a produção e o fraco apoio para atividades não agrícolas são citados como fatores a serem fortalecidos no âmbito do programa para se caminhar em direção a um maior protagonismo feminino no sertão.

Um segundo aspecto referente ao protagonismo feminino tratado na coletânea refere-se à organização produtiva em torno de uma associação e de uma fábrica de redes de dormir na comunidade de Mocotó, Várzea Alegre. Se o primeiro capítulo trata do papel do Estado, o segundo orienta-se sobre a auto-organização das mulheres dessa comunidade para a estruturação da produção e da comercialização de redes bordadas. Os autores definem o protagonismo feminino como “a capacidade das mulheres de, saindo de um processo de subordinação, assumirem a direção de suas vidas, participando de debates e discussões e tendo plenas condições de atuarem ativamente na implementação de projetos, planos e políticas de seu interesse e, também, desses mesmos debates e ações em benefício da coletividade” (p. 45). Com base em pesquisa qualitativa e observação participante, os autores descrevem um belo caso de fortalecimento do protagonismo feminino a partir da consolidação do grupo de produção de redes que contribuiu não apenas para criar uma alternativa de geração de renda como para a busca de soluções para determinados problemas da comunidade (analfabetismo, mortalidade infantil e pobreza). Por fim, a participação das mulheres na associação levou-as a ocupar papéis importantes na representação da comunidade em assembleias e conselhos externos e no planejamento do desenvolvimento local.

De uma forma geral, os artigos apresentam sólida base empírica, além de metodologias inovadoras como o diagnóstico participativo. Utilizando esse tipo de ferramenta, o terceiro artigo representa um texto de transição entre alguns dos temas-chave do livro: protagonismo feminino e participação. Tratando simultaneamente desses dois temas, os autores analisam a participação das mulheres no processo de decisão de três associações rurais da comunidade Baixio Grande, no município de Assaré. O protagonismo feminino aqui evoca basicamente as dimensões social e econômica da autonomia. Apesar de se tratar de um texto mais confuso em sua apresentação, a mensagem é clara: o papel das mulheres na construção do território da comunidade é efetivo. Esse papel não é recente, mas o reconhecimento de sua autonomia, de suas habilidades e de suas competências passa por um processo de transformação do imaginário dos membros da comunidade.

A segunda parte do livro permanece no Cariri, mas aborda as questões da inclusão e da participação a partir de uma análise das políticas públicas. Dois artigos integram essa segunda parte, que tem como pano de fundo a discussão em torno da ideia de convivência com o semiárido. Assim, o quarto artigo do livro parte de um estudo de caso de um assentamento rural, o Assentamento São João, localizado no município de Antonina do Norte. Ele propõe uma reflexão bastante ampla sobre a perspectiva da convivência sustentável para a agricultura familiar da reforma agrária. Apresentando questionamentos igualmente amplos e um pouco difusos, o estudo busca de maneira geral aprofundar uma discussão sobre a percepção dos agricultores familiares assentados sobre as políticas públicas rurais pautadas na convivência sustentável com o semiárido. Tratando o agricultor sertanejo como sujeito do desenvolvimento e valorizando seus conhecimentos, as autoras criticam a fraca conexão

dos programas nacionais com as necessidades das famílias assentadas, dada a descontinuidade do apoio. Ao evocar a voz dos agricultores, são listadas expressões interessantes que nos ajudam a compreender a caracterização da realidade e das políticas públicas pelos membros do assentamento, como *inverno branco* (a seca), *benfeitoria* (projetos públicos), *terreno do Incra* (denúncia ao modelo de assentamentos).

Por fim, o livro traz um último artigo com foco na participação social para a construção do desenvolvimento sustentável. O tema é amplamente discutido na literatura sobre o desenvolvimento local, tendo inclusive integrado a agenda de Organizações Internacionais como o Banco Mundial em seus projetos. No entanto, algumas perguntas permanecem abertas, como a importante questão da efetividade dessa participação. A partir da observação participante no Comitê de Bacia Hidrográfica do Salgado e de uma análise de discurso, o texto argumenta que a participação social é fundamental para o acesso democrático à água e que os eventuais conflitos que emergem desse processo são construtivos para a reflexão sobre o uso eficiente desse recurso. Segundo as autoras, “envolvimento é sinônimo de conhecimento, ou seja, só se participa de algo quando se conhece bem o que está sendo discutido” (p. 144). Nesse sentido, o estudo observou um nível efetivo de participação dos usuários desse recurso e das organizações da sociedade civil, porém, muitas das decisões não são implementadas, uma vez que muitos membros do poder público estão ausentes do colegiado.

A coletânea traz uma importante contribuição acadêmica sobre temáticas que se cruzam na agenda pública: autonomia feminina, inclusão/participação e desenvolvimento local. Sua dimensão aplicada é, portanto, evidente. Apesar da interconexão desses temas e do encadeamento dos capítulos, não há um capítulo que defina conceitos como “protagonismo feminino” e “participação social” ou que aprofunde discussões-chave para a obra, como a ideia de “convivência com o semiárido” e “sustentabilidade”. A leitura torna-se, dessa forma, cansativa, pois esses termos e ideias gerais são repetidos em praticamente todos os capítulos. Além disso, a dimensão teórica fica um pouco difusa, sendo apresentada de maneira pouco estruturada em diversas partes de cada artigo. No entanto, apesar dessa fragilidade, a obra tem grande relevância para a academia e para o debate político, trazendo uma discussão aprofundada do desenvolvimento sustentável local a partir de ângulos nem sempre privilegiados. Ademais, a maior parte dos artigos propõe uma reflexão a partir do ponto de vista dos agricultores e agricultoras sobre as intervenções estatais e sobre a própria ideia de desenvolvimento em terras áridas. A obra contribui para a consolidação de uma literatura crescente que propõe uma superação das análises fundadas nos limites biofísicos do semiárido para a inclusão de fatores sociais, políticos e econômicos gerados pelo cenário da seca e de uma leitura do sertão como um território de ideias sustentáveis.

NOTAS

¹ SILVA, R. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

² MACIEL, C. A. A.; PONTES, E. T. M. *Vivre avec les conditions climatiques de la région semi-aride au Brésil*. Le concept d'adaptation comme pensée globale appropriée par les acteurs locaux. *Brésil(s)*. Sciences humaines et sociales, n. 9, 2016.